



Gastos com pessoal em Defesa Nacional: uma visão econômica

Claudio de Carvalho Mattos
Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM)

Oficial-Aluno do Curso de Mestrado em Defesa Nacional (Escola de Defesa Nacional Argentina)
E-mail: claudiomattos@ig.com.br

RESUMO

Este artigo tem por propósito tecer algumas considerações sobre gastos com pessoal em Defesa Nacional à luz da teoria econômica vigente. Para tal, foi empreendido estudo acerca das seguintes temáticas: fronteira de possibilidade de produção e custo de oportunidade; bens públicos versus Defesa Nacional; produção de bens em Defesa Nacional; e demanda e oferta de mão de obra

militar por parte do Estado. Dessa forma, vislumbra-se que a gestão do fator de produção mão de obra, em se tratando de Defesa Nacional, apresenta peculiaridades inerentes à carreira militar, diferentemente de outros setores, uma vez que oferta e demanda seguem parâmetros próprios.

Palavras-chave: Defesa Nacional; Gastos com pessoal; Análise macroeconômica.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por propósito tecer algumas considerações sobre gastos com pessoal em Defesa Nacional à luz da teoria econômica vigente.

Qualquer política de Defesa Nacional tem de, obrigatoriamente atender a três condições: Tem de ser politicamente e diplomaticamente viável e sustentável, militarmente factível e eficiente e economicamente possível e aceitável. Neste artigo vamos analisar a condição econômica.

2. DESENVOLVIMENTO

► 2.1 Fronteira de possibilidade de produção e custo de oportunidade.

Devido à escassez orçamentária que enfrenta todo Estado, o Governo tem que escolher como repartir seus gastos entre cada um dos grandes números de bens pú-

blicos demandados pela sociedade que paga impostos e necessita destes bens para satisfazer suas necessidades (educação, saúde, justiça, defesa, polícia etc.).

Sob o ponto de vista econômico para todo país existe "uma fronteira de possibilidade de produção", esta "fronteira de possibilidade" existe porque um país está limitado no que pode produzir (seu Produto Interno Bruto - PIB) pela oferta de mão-de-obra, de capital físico, de recursos naturais e pelos conhecimentos existentes (*Know-How*) que tem sua força de trabalho.

Deste modo, as pessoas podem escolher o que querem produzir e consumir. Podem produzir muitos produtos e em grandes quantidades, porém não ilimitadamente. A escolha de um produto implica em menor quantidade dos demais produtos existentes, portanto, existe um custo de escolher determinado produto, porque obrigatoriamente deixaremos de escolher outro produto. Este custo é chamado de custo de oportunidade.

Por exemplo, se aumentamos os gastos em Defesa Nacional, obrigatoriamente os gastos em outros setores diminuem devido a escassez de insumos (capital, mão-de-obra, conhecimentos e recursos naturais). Temos um custo de oportunidade de gastos em Defesa Nacional.

É importante observarmos que a disponibilidade dos fatores de produção pode crescer com investimentos, exceto a disponibilidade dos recursos naturais.

► 2.2 Bens Públicos x Defesa Nacional

A maioria dos bens e serviços consumidos são bens privados. Cada consumidor deve pagar individualmente por este bem. Por outro lado, existem outros bens e serviços pelos quais nenhum consumidor pagará sozinho, porque se pagasse, outros poderiam usá-los sem pagar nada. Exemplos são a luz pública, as ruas e a Defesa. Estes bens têm como característica a não exclusão, ou seja, o consumo deste bem por um indivíduo não exclui o consumo do referido bem por outro indivíduo, são bens públicos.

Outro aspecto importante de alguns bens públicos por exemplo, Defesa Nacional, é que o nascimento de uma

pessoa não implica na necessidade de aumentarmos o gasto no referido bem. Esta pessoa pode beneficiar-se deste bem sem necessidade de custos adicionais. Dizemos que o benefício adicional é positivo sem necessidade de custo adicional, ou seja, o mesmo é zero. Isto ocorre porque não existe "rivalidade" entre consumidores de alguns tipos de bens públicos.

O Estado deve prover bens públicos e tem de cobrar por estes bens, para evitar que uma pessoa use-o sem pagar. Por outro lado, as pessoas pagam pela disponibilidade do bem e não pelo uso, ou seja, pagam mesmo sem usar.

► 2.3 Produção de Bens em Defesa Nacional

A produção do bem público "Defesa" implica na utilização dos fatores de produção de mão-de-obra (militares ativos, inativos e civis), capital fixo (plantas industriais, equipamentos bélicos e não bélicos, entre outros) capital variável (operacionais e de manutenção) e conhecimento (*Know-How*).

A divisão percentual dos gastos orçamentários em Defesa Nacional entre estes fatores de produção é um dos indicadores do grau de eficiência dos investimentos em Defesa Nacional. Assim sendo, o total dos gastos militares (100%) se divide em gastos de pessoas, aquisição de equipamentos bélicos e não bélicos, gastos com operações, gastos de manutenção e outros gastos menores. Existem parâmetros internacionais de distribuição dos gastos militares por estes fatores de modo que um país possa ter Forças Armadas operativas.

Segundo parâmetros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para um país ter uma Força Armada considerada operativa, os gastos com pessoal devem corresponder a cerca de 40% a 60% dos gastos militares totais.

► 2.4 Oferta e Demanda de Mão-de-Obra Militar.

© 2.4.1 Demanda de mão-de-obra militar por parte do Estado.

É o Estado quem estabelece a demanda por mão-de-obra militar, ao contrário da iniciativa privada, onde o

mercado, por intermédio das empresas, é quem estabelece esta demanda.

Como uma macro meta da gestão de pessoal das Forças Armadas podemos estabelecer como sendo atrair e manter pessoal em número suficiente para atender níveis e requisitos de experiência que permitam que as Forças Armadas cumpram suas obrigações constitucionais.

Não podemos esquecer que os gastos com o pessoal das Forças Armadas implicam necessariamente em outros gastos, pois não basta termos o soldado recrutado, o mesmo precisa estar preparado para o combate, com o equipamento adequado, com vestimenta apropriada, com o conhecimento necessário, entre outros aspectos.

© 2.4.2 Oferta de mão de obra militar

A oferta da mão-de-obra depende primeiramente da vontade de cada pessoa que deseja ingressar na carreira militar. Já a retenção da mão-de-obra que ingressou na carreira militar depende basicamente de quatro fatores:

1. Remuneração que o militar espera receber em cada posto ou graduação.
2. Remuneração que este militar poderia receber na carreira civil com a mesma qualificação que ele possui (custo de oportunidade).
3. Remuneração que irá receber ao passar para a inatividade/reserva.
4. Outros fatores tais como patriotismo, tradição familiar, vocação entre outros.

Ressalta-se que os fatores acima não estão dispostos em ordem de importância e sim em uma ordem aleatória.

O processo de recrutamento vai estabelecer a qualificação mínima necessária para o ingresso nos diferentes postos de graduação.

No entanto, ao contrário da iniciativa privada, as Forças Armadas terão de fazer investimentos para preparar e qualificar a sua mão-de-obra, devido às especificida-

des das atividades executadas na carreira militar. Não basta recrutar e selecionar. Tem de qualificá-la.

Cabe salientar ainda, que ao contrário da iniciativa privada, onde uma empresa pode recrutar profissionais já qualificados para exercer funções nos altos escalões, no caso das Forças Armadas não é possível contratar "um almirante" no mercado. É necessário formá-lo ao longo de um período mínimo de 30 anos. Assim sendo, o componente retenção assume uma importância elevada quando se trata de mão de obra militar.

No caso da oferta de mão-de-obra, esta também é influenciada pelo nível do Produto Interno Bruto (PIB). Quanto maior o PIB, maiores são as oportunidades na vida civil, fazendo com que o jovem perceba que tem maior oferta de emprego e com maiores rendimentos, levando este ao almejar também uma remuneração mais elevada para ingressar na carreira militar, já que seu custo de oportunidade fica maior. Portanto, um aumento da riqueza nacional implica em maiores custos com mão-de-obra militar para recrutar-la e retê-la. Este efeito é notado mais claramente nos países desenvolvidos.

3. CONCLUSÃO

Com base nas considerações efetuadas, podemos concluir que a gestão do fator de produção mão de obra no caso de Defesa Nacional apresenta peculiaridades inerentes a carreira militar, diferentemente de outros setores. Sua oferta e demanda seguem parâmetros próprios.

Assim, quando vamos analisar a disponibilidade deste fator de produção, esta análise requer uma visão peculiar e própria da carreira militar, diferente da carreira em outros setores da atividade econômica.

Por isso quando analisamos a eficácia, eficiência e efetividades dos gastos militares este aspecto peculiar da mão de obra deve ser levado em consideração.

Recebido em: 20MAR2014

Aprovado em: 20OUT2014

Como citar este documento:

MATTOS, C. de. C. Gastos com pessoal em Defesa Nacional: uma visão econômica. Revista PAGMAR, Rio de Janeiro, nº 03, p. 39-41, 2015.